



CASA DE REPOUSO
ALEXANDRE FERREIRA

INVÁLIDOS DO COMÉRCIO

INSTITUIÇÃO PARTICULAR DE SOLIDARIEDADE SOCIAL
FUNDADA EM 10 DE ABRIL DE 1929
CONTRIBUINTE N.º 500 730 415

ASSEMBLEIA GERAL

CONVOCATÓRIA

De acordo com os preceitos estatutários, convoco a Assembleia Geral de **INVÁLIDOS DO COMÉRCIO** a reunir-se no dia **28 de Março de 2009**, às **13,30 horas**, na **sede** da Instituição, na **Rua Alexandre Ferreira, 48-A, em Lisboa**, em primeira convocação, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto 1 – Apreciar e votar o Relatório e Contas da Direcção e o Parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício de 2008.

Ponto 2 – Alienação de Património:

- Prédio sito em Lisboa, na Rua das Taipas, nºs. 51/53.
- Fracção B do Prédio sito em Lisboa, na Rua Sebastião Saraiva Lima, nº. 53.
- Fracções A, B e D do Prédio sito na Amadora, na Av^a. de Aljubarrota, nº. 13.
- Prédio sito no Cacém, na Rua do Miradouro, nº. 7.

Se à hora indicada não houver “quórum” a Assembleia Geral funcionará em segunda convocação, com qualquer número de presença de associados, uma hora depois, isto é, às 14,30 horas.

Ao abrigo do art.º. 11º. dos Estatutos, só podem tomar parte, ou fazerem-se representar por Procuração, na Assembleia Geral, os Sócios que tenham a quota em dia.

Lisboa, 13 de Março de 2009

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral,

Dr. Bruno Filipe Esteves Medina Rolo



RELATÓRIO E CONTAS DE 2008

Senhores Associados:

No cumprimento das atribuições estatutárias da nossa Instituição, cabe à Direcção informar das suas realizações e respectivas contas, com a apresentação da presente proposta de relatório, relativo ao exercício de 2008, no primeiro ano do seu mandato.

A coesão existente na acção da actual Direcção, tem permitido o estudo e implementação da reorganização administrativa e funcional, iniciada em 2006, tendo-se concretizado diversos procedimentos objectivando a redução de custos, a melhor optimização dos recursos humanos, e particularmente a melhoria dos cuidados prestados aos utentes. Entenda-se melhoria efectiva, pois em vez de alterações pontuais a Direcção, através do estudo ponderado do funcionamento da Instituição, promoveu objectivos de curto, médio e longo prazo, estabelecidos numa lógica concertada.

De facto, na sequência da auditoria aos procedimentos das áreas financeira e de gestão, efectuada em 2007, foi possível conhecer e sistematizar as principais fragilidades da Instituição, possibilitando a implementação das medidas correctivas, que têm vindo a ser implementadas, tendo sempre presente o necessário bom senso de modo a reduzir qualquer perturbação aos nossos sócios, residentes e funcionários. Assim, optamos por continuar a implementação faseada das medidas correctivas, sabendo que a eficácia destas medidas só resultará em pleno dentro de alguns anos, embora os reais benefícios, comecem desde já a surtir efeito, particularmente visíveis no relatório e contas que agora vos apresentamos.

Tendo em conta que neste mandato, todos os membros da Direcção, com excepção do Presidente, exercem funções pela primeira vez, poderia condicionar, a aplicação da reestruturação em curso. Contudo, conforme se pode verificar, o incremento das acções tem sido de tal modo eficaz, que os grandes objectivos de longo prazo, serão atingidos em breve.

É, também, importante recordar que a alteração estatutária de 2007 irá permitir a esta Direcção cumprir um mandato de 3 anos, situação que permite uma maior estabilidade da Instituição e a continuidade na concretização efectiva da reorganização já referida.

A reorganização ainda está longe dos objectivos propostos, no âmbito da legitimidade atribuída pelos sócios, mas os seus efeitos já se começaram a sentir, face à gestão mais rigorosa dos meios disponíveis e à aplicação de técnicas de gestão adequadas aos tempos actuais, que implicam o empenhamento de todos os funcionários e que valorizam a sua capacidade profissional, criando-lhes a versatilidade necessária a um desempenho adequado à qualidade que se pretende imprimir à Instituição.

Embora não tenham sido ainda atingidos todos os objectivos, temos a noção real e comprovada que a Instituição, já é gerida numa perspectiva mais eficiente, moderna e profissional, encontrando-se cada vez melhor preparada para os difíceis desafios que a longevidade nos coloca.



De facto, Inválidos do Comércio têm sido ao longo de anos uma Instituição de referência a nível nacional que, embora longe do modelo actualmente defendido pela Segurança Social, tem revelado extraordinário sucesso, na sua vivência diária e na integração dos residentes que, na quase totalidade dos casos, entram nas nossas instalações por sua manifesta vontade e não empurrados pela família, como acontece na maior parte de outras instalações.

De acordo com os princípios estabelecidos desde a fundação de Inválidos do Comércio, que em boa hora tal aconteceu, perdura o sentimento de comunidade, de participação comum numa instituição que lhes pertence de longa data, em muitos casos, quando muitos dos actuais sócios ainda se encontravam na flôr da vida.

Importa ainda referir a candidatura apresentada no ano transacto, ao programa PARES, para a construção da Creche, antiga aspiração desta Instituição, que teve finalmente uma decisão positiva da tutela, tendo já sido assinado o respectivo contrato.

1. CONTEXTO NACIONAL

Neste último ano voltaram a agravar-se as condições económicas da grande maioria dos portugueses, situação que implica imediatamente reflexos na estrutura de custos da Instituição.

Se à difícil conjuntura nacional e internacional, juntarmos as alterações já preconizadas pela Segurança Social, ficaremos cada vez mais apreensivos, pois a entrada em vigor de novos procedimentos na atribuição dos subsídios para apoio aos idosos, irá impor às administrações das IPSS um maior empenho na procura de soluções economicamente viáveis objectivando a menor dependência dos subsídios estatais.

Recorde-se que na legislação preconizada serão os pensionistas diferenciados, em termos de prestação mensal de apoio lar, em detrimento dos valores médios até agora assumidos.

De facto, no futuro, apenas a redução de custos e as comparticipações familiares, poderão servir para mitigar os prejuízos da exploração, pois quer o património cada vez mais degradado, quer a acentuada diminuição de doações, fruto do individualismo do nosso tempo, em que os valores da solidariedade embora apregoados, não levam os sócios a doar bens com o desprendimento com que o faziam os nossos antecessores, obrigarão a uma gestão equilibrada dos meios disponíveis.

Importa contudo salientar que no último ano se conseguiu estabilizar a sangria de sócios, que se vinha a registar em anos anteriores, pois o número de admissões já foi ligeiramente superior ao número de desistências e falecimentos. Este aspecto é particularmente relevante face às condições que hoje são proporcionadas em todo o País, em muitos lares residenciais, e que levam a admitir que as condições de Inválidos do Comércio ainda são muito superiores, quer pela sua organização, quer pela vivência, ou ainda pelos princípios com que sempre nos temos norteado.



2. ASPECTOS GERAIS DA ACTIVIDADE EM IC

Os desejáveis investimentos na CRAF que pretendem criar condições de vida melhores e mais homogéneas, estão de novo na perspectiva da Direcção, pelo que já foram iniciados os procedimentos e estudos preparatórios, das obras designadas por 5ª e 6ª fases, que irão permitir dotar toda a área central de novos quartos iguais ou semelhantes aos da 4ª fase e da ala residencial (quartos duplos com wc privado).

Também se irá investir muito em equipamento, nomeadamente na implementação, a curto prazo, de sistemas de aquecimento de águas através de painéis solares, tendo em conta as elevadas facturas dos nossos sistemas de aquecimentos, cerca de 5 mil euros mensais.

Deverão prosseguir as obras de remodelação e manutenção das instalações que irão consumir parte significativa dos recursos financeiros disponíveis, sendo que a gestão equilibrada destes investimentos, permitirá a manutenção das instalações em boas condições de funcionamento e evitará uma elevada descapitalização da Instituição que poderia criar dificuldades de tesouraria.

Neste ano foi ainda possível a execução de pequenas e médias obras de manutenção, pinturas, adaptação de espaços, limpeza de instalações, etc...

Estes trabalhos foram conseguidos graças à dedicação do pessoal da Manutenção, que a par das suas obrigações profissionais colocaram sempre o seu empenho e saber, ao serviço da Instituição, pelo que merecem esta justa referência.

Em 10 de Abril assinalou-se o 79º aniversário de Inválidos do Comércio, Instituição que muito nos honra e prestigia, pelo que os Órgãos Sociais participaram activamente nestas actividades.

Participaram ainda nesta comemoração, os residentes e trabalhadores da Instituição e como é tradicional, procedeu-se à romagem ao cemitério do Lumiar, homenageando todos os nossos fundadores na pessoa de Alexandre Ferreira, primeiro Presidente da Instituição, com a colocação de uma coroa de flores junto à sua sepultura. Esta romagem foi largamente participada, com a presença de muitos sócios, residentes, membros dos Corpos Sociais, trabalhadores da Instituição, muitos outros amigos e povo anónimo.

Seguiu-se o tradicional almoço comemorativo que resultou num grande convívio de amizade, solidariedade e fraternidade, em honra ao espírito sempre presente dos nossos fundadores.

Como somos uma Instituição aberta a toda a sociedade, estiveram presentes convidados dos órgãos autárquicos, nomeadamente, os senhores Presidentes das Juntas de Freguesia do Lumiar e da Ameixoeira, a senhora Directora do Centro Regional da Segurança Social de Lisboa em representação do Ministério da Segurança Social. Estiveram também representantes de diversos serviços sociais, nomeadamente, Batalhão de Sapadores Bombeiros, e ainda muitos outros convidados de Instituições Particulares de Solidariedade Social com as quais sempre mantivemos relações de amizade, diversos sócios e colaboradores que ao longo dos anos têm dado a sua dedicação e amor à Instituição.



Bem hajam todos os que conosco partilharam esta comemoração.

O Projecto “Lx-Amigo”, em que Inválidos do Comércio participa em parceria com a CML, encontra-se suspenso e alvo de uma auditoria por parte da CML, e em processo de investigação por parte da Polícia Judiciária.

Assim, e na sequência do processo de investigação, alguns elementos de IC foram ouvidos pela Polícia Judiciária, tendo-se prestado todos os esclarecimentos e fornecido os elementos de que dispúnhamos, contribuindo para o rápido apuramento de responsabilidades de modo a que a CML possa tão breve quanto possível, relançar este ou outro modelo que minimize as dificuldades dos idosos nas suas residências

Esta situação que muito nos constrange, obrigou à integração em 2007, dos três funcionários que se encontravam ao serviço deste projecto e por decisão da CML, deixaram de prestar serviço no “Call Center”.

Nestas circunstâncias consideramos que a CML ainda tem uma conta corrente com IC, pois nunca nos comunicou o encerramento do programa, mas sim a sua suspensão, com custos para Inválidos do Comércio, que neste momento já atingem cerca de € 100.000, tendo a Direcção envidado esforços no sentido de ser ressarcida destes elevados montantes.

Lamentamos esta situação, quer pelas dificuldades económicas criadas a IC, quer pela interrupção de um serviço à comunidade com a qualidade e alcance social que este detinha.

Embora a Câmara Municipal de Lisboa, se encontre a auditar o projecto, não deixa de ser relevante o reconhecimento da Autarquia quando fez referências muito elogiosas à participação dos nossos Colaboradores afectos ao projecto, e aos quais foi atribuído muito do êxito junto dos munícipes a quem se dirigia.

Os destinatários deste projecto eram munícipes da cidade de Lisboa com mais de 65 anos, ou 55 anos com mobilidade condicionada, e solicitavam apoio na prestação de serviços de pequenas intervenções domésticas, nomeadamente, estores, janelas, torneiras, portas, etc...

Inserido na campanha de divulgação pública de IC e antecipando as Comemorações do 80º aniversário, estivemos na NATÁLIS (feira de venda de artigos de Natal, orientada para instituições de solidariedade) com um Stand onde vendemos produtos artesanais produzidos pelos nossos residentes e distribuimos um folheto elaborado para o efeito.

Foi ainda significativa a festa de Natal organizada para os funcionários, que para além do jantar contou com uma sessão de fados de grande qualidade, esta iniciativa, que permitiu o agradável convívio entre a Direcção e os trabalhadores, espera-se repetir nos próximos anos, pois permite estabelecer condições de confiança e um espírito de grupo, fundamental para as acções que temos vindo a empreender



3. ACÇÕES INSPECTIVAS DA TUTELA

Em Novembro de 2007 foi iniciada uma inspecção por parte da tutela, que se prolongou por 2008 e cujo relatório foi entregue em Novembro.

Esta inspecção foi instaurada na sequência de algumas cartas anónimas, chegadas à Segurança Social, através de alguns sócios que não procuram internamente resolver os problemas que envolvem a Instituição. Contudo, face à postura de verdade que pautou a actuação da maioria dos membros da anterior Direcção, foram disponibilizados às inspectoras todos os elementos solicitados e prestados todos os testemunhos necessários aos esclarecimentos que os inspectores pretendiam.

Embora sejam referidos alguns procedimentos que na opinião da Segurança Social eram menos correctos, a maior parte das situações foram corrigidas ou estão em vias de se concretizarem. A principal conclusão é de que não existiu, no período em análise, qualquer procedimento da Direcção que fosse lesivo para a Associação.

Tem sido uma preocupação desta Direcção o cumprimento das directrizes da Segurança Social, na convicção de que esse procedimento vai ao encontro da lei e da vontade dos sócios.

A par dos procedimentos contabilísticos e económicos, alterados de modo a cumprir os critérios contabilísticos das IPSS e a garantir a metodologia e clareza de processos actualmente utilizados, a Direcção tem implementado medidas de controlo interno que garantam a gestão eficaz de todos os procedimentos, inclusive na sua própria actuação.

4. SÓCIOS

O número total de sócios, que em anos anteriores diminuía em cerca de mil por ano, e que em 2007 registou um ligeiro decréscimo, registou pela primeira vez em muitos anos um acréscimo que embora ligeiro, cerca de mais 266 novos sócios, é no entanto significativo. A Direcção, tem feito um grande esforço no sentido de valorizar a acção e a imagem da Instituição, fazendo com que um cada vez maior número de pessoas se interesse pela Associação e pela qualidade dos seus serviços.

Acresce ainda salientar que, embora desde 1985, os estatutos admitissem sócios não oriundos do comércio, a maioria dos eventuais candidatos a sócios não conheciam essa realidade, pelo que a Direcção também nesse sentido se tem empenhado na divulgação de que esta Associação é de todos e para todos.

Assim, em 31 de Dezembro de 2008 o número total de sócios, era de 13.325, tendo sido admitidos 471 novos sócios e abatidos 205.

A Direcção no corrente ano voltou a apostar na divulgação da nossa Instituição, quer através dos meios mais convencionais, em que cada sócio deve procurar trazer outro sócio, quer ainda pelo aumento da idade máxima de admissão, 70 anos, face aos novos estatutos, que possibilita a integração tardia de muitos novos sócios.

Também através da colocação da ficha de inscrição no nosso sítio na Internet (www.invalidos.org ou www.invalidos.net), foi possível obter bons resultados, face ao número de novas admissões conseguidas por este método.



Importa, igualmente, dirigir esta nossa acção às camadas mais jovens da população e inculcar-lhes o espírito da solidariedade e do associativismo, criando condições para que num futuro próximo surjam do seu seio dirigentes capazes de desenvolver a acção de Inválidos do Comércio, face aos desafios colocados pela longevidade.

Procurando criar maiores incentivos à inscrição de novos sócios a Direcção tem continuado a desenvolver o estudo de várias medidas de apoio e incentivo aos sócios, que poderá passar pelo apoio médico na Instituição, no domicílio, e ainda outras vantagens e descontos em Instituições que estabeleçam protocolos de colaboração com a nossa.

Contudo, este trabalho não poderá ter êxito se depender só da Direcção, importa que cada sócio consiga fazer outro sócio, lembremo-nos que os nossos fundadores percorreram o país, criando delegações nas capitais de distrito, e que tornaram IC na maior Instituição do País nessa época.

5. ESTATUTOS

Os estatutos aprovados em Assembleia Geral de 30 de Junho de 2007 foram submetidos à apreciação da tutela, tal como estipulado, no entanto quase dois anos após a sua aprovação em Assembleia Geral, ainda não obtivemos resposta da tutela e, mais grave, ainda não foram publicados no Diário da República, embora se encontrem em vigor pois foram sufragados em Assembleia Geral.

A publicação dos actuais Estatutos de acordo com as regras da Inspeção Geral da Segurança Social e Centro Distrital de Lisboa da Segurança Social, serão publicados por esta entidade. Só após a referida publicação será possível a IC proceder à publicação dos novos estatutos e divulgá-los pelos sócios, o que esperamos venha a ocorrer em breve.

6. IN MEMORIAM

O elevado número de sócios da Instituição e a sua cada vez mais avançada idade, são a razão do falecimento de bastantes sócios durante o ano de 2008, o que nos causa grande consternação e saudade dessas mulheres e homens que ao longo de muitos anos, com o objectivo da solidariedade se mantiveram sócios, e mesmo não usufruindo da assistência da Instituição permitiram com a sua persistência, que outros usufruam ou venham a usufruir.

Assim, registamos a nossa homenagem a todos os Sócios desaparecidos, figuras anónimas ou ilustres, mas afinal aqueles em que se baseia a continuidade da existência desta Instituição quase centenária.

Que a sua memória e o seu exemplo seja para todos nós, seus seguidores, um estímulo de persistência e vontade de praticar a solidariedade de forma desprendida.

Registamos uma menção especial à memória dos nossos associados e antigos directores da Instituição, Senhor João Silveiras Máximo e Senhor António Joaquim Vieira, falecidos a 08/01/08 e 11/02/08, respectivamente, e ainda do Sr. Mário Jorge Moreira Aguiar, cujo falecimento terá ocorrido em 29/03/08.



7. CASA DE REPOUSO ALEXANDRE FERREIRA

7.1. Residentes e Utentes do Apoio Domiciliário

Em 31 de Dezembro habitavam na CRAF 330 residentes (114 homens e 216 mulheres), dos quais, 277 no regime geral, e 53 nas residências de cedência vitalícia.

No regime geral a idade média dos homens foi de 82 anos, e das mulheres de 84 anos, enquanto que no regime de quartos de cedência vitalícia a idade média dos homens foi de 83 anos e das mulheres 82 anos.

Durante o ano foram admitidos 64 novos residentes, tendo falecido 53 residentes, 21 homens (com idade média de 86 anos) e 32 senhoras (com idade média de 86 anos), e saídos voluntariamente 5 residentes (três senhoras com idade média de 80 anos e 2 homens, com idade média de 81 anos). Conclui-se portanto que aumentamos em 3 o total de residentes que habitam na Instituição.

Os 64 novos residentes para o regime geral, distribuíram-se por 19 homens (com idade média de 83 anos) e 45 senhoras (com idade média de 80 anos).

Para as residências vitalícias, ocorreram no corrente ano duas admissões, uma senhora e um homem e ocorreu um falecimento, uma senhora com 74 anos.

Os novos residentes têm idade cada vez mais elevada. Por um lado significa que os candidatos estão cada vez mais tempo nas suas casas, o que é muito compensador, mas por outro, significa que as entradas para a Instituição são de pessoas com idade muito avançada e que na maioria dos casos já com dependências significativas, o que coloca novos e importantes desafios à Instituição, nomeadamente no incremento acentuado e continuado dos custos com pessoal de apoio e equipamento especializado.

Recorde-se que ao longo do ano estiveram no SAD 92 residentes em média, e destes, a maioria já está definitivamente instalada nesta unidade.

A permanência média dos residentes na Instituição é de 6 anos e 7 meses, período que se manteve igual ao anterior, e que se deve à cada vez maior longevidade dos nossos residentes, aliado aos cuidados proporcionados pelos diferentes serviços.

Durante o ano os novos pedidos de ingresso na CRAF totalizaram 188, dos quais 174 para o regime geral e 14 para as residências de cedência vitalícia.

Assim verifica-se que no final do ano se registaram 1231 pedidos de internamento no regime geral e 290 candidatos para o regime de residência de cedência vitalícia.,

O apoio domiciliário foi prestado a 16 utentes da Freguesia do Lumiar. Saíram por falecimento ou voluntariamente, cinco senhoras e dois homens, tendo ocorrido a admissão de 6 senhoras. Nesta valência 6 dos utentes têm mais de 85 anos.



7.2. Obras e Melhoramentos

7.2.1. Casa Mortuárias

As casas mortuárias têm sido utilizadas habitualmente, quando ocorre o falecimento de residentes. Contudo, qualquer sócio, ou os seus familiares directos, poderão ser sempre recebidos nesta sua casa, mesmo nos últimos momentos passados entre nós, se tal for o seu desejo.

Recorda-se ainda, que a Instituição, através de concurso, tem estabelecido contrato com uma agência funerária, que estabeleceu valores de serviços a preços especiais, e que por acordo estendem essas mesmas condições a todos os sócios de Inválidos do Comércio, quer sejam ou não residentes.

7.2.2. Remodelação da Fisioterapia e do Auditório.

Embora se encontre concluído há muito o projecto e respectivo caderno de encargos da remodelação da Fisioterapia e do Auditório, a Direcção prescindiu para já desses projectos. Assim, procedeu-se à ampliação da actual Fisioterapia, de modo a proporcionar melhores condições de aplicação dos tratamentos.

Encontrando-se em curso o estudo e conhecimento das regras que possibilitem a legalização deste equipamento, espera-se que em 2009 se concretize essa legalização.

7.2.3. Adaptação das antigas instalações do Aprovisionamento para o SAS

Esta obra de adaptação das antigas instalações do Aprovisionamento deveria ter ocorrido em 2007, mas por razões diversas foi sendo protelada. Foi concretizada em 2008 e permitiu o crescimento do SAS, bem como a melhoria das condições de trabalho do pessoal técnico, e também do apoio mais efectivo aos Residentes, tal como preconizado pela Tutela.

7.2.4. Outras Obras

Apesar de não ser possível, por razões orçamentais, executar todas as obras a que nos havíamos proposto e a outras que já vinham de anteriores Direcções, foi contudo possível executar inúmeras obras feitas fundamentalmente pelo pessoal da Manutenção, e obviamente com custos mais reduzidos.

Destas obras permitimo-nos destacar as seguintes:

- Recuperação e pintura de 3 quartos, incluindo instalação eléctrica e circuito TV, na 5ª Avenida.
- Recuperação e pintura de 2 quartos, incluindo instalação eléctrica e circuito de TV no SAD.
- Substituição da instalação eléctrica, circuito de TV, quadro de chamada, estores, recuperação e pintura de todos os quartos da Ala das Damas, e em parte da Ala Masculina.



- Execução do avião que ganhou o primeiro prémio, no concurso de máscaras, cultura e lazer.
- Recuperação de diversas instalações no SAD, nomeadamente, gabinetes da enfermagem e farmácia, gabinete dos hospitais, hall, etc...
- Colocação de 2 portas na entrada do SAD.
- Recuperação de camas, mesas-de-cabeceira, cadeiras, sofás, portas, móveis estantes e outras peças de madeira.
- Pintura de casas de banho das senhoras no r/c do Pavilhão de Casais, recuperação dos corredores, portas, corrimões, gradeamentos e de pintura de 7 quartos.
- Recuperação e pintura de diversas áreas exteriores, coreto, churrasqueira, casa das pinturas.
- Recuperação de diversas áreas interiores, biblioteca, sala junto á videoteca e o bar.
- Levantamento total do pavimento do quarto 516, com colocação de novo, em corticite e pintura do mesmo.
- Marcação e pinturas no pavimento para passagens de peões e colocação de sinalização viária.
- Passagens de cabos de circuitos informáticos desde o servidor até ao Auditório, Salão Alexandre Ferreira, Sala de Formação, e SAS.
- Manutenção de jardins e respectiva limpeza, em espaços circundantes dos edifícios. Mantém-se a intenção de melhorar os restantes espaços de jardim/olival.

Numa nova perspectiva de abordagem da conservação do património de Inválidos do Comércio, procurou-se realizar pequenos trabalhos de conservação no exterior da CRAF.

Trabalhos de pequenas reparações de infiltrações, substituição de canalizações, pinturas, reparação de telhados, desobstrução de algerozes, pavimentos, portas, etc..., foram realizados em vários edifícios, nomeadamente:
Rua Heróis de Quionga, Malveira, Estrada de Benfica, Rua João das Regras, Rua Santo António da Glória, Calçada do Tojal, Rua Edison, Praça do Príncipe Real e Rua da Boavista.

Estes trabalhos custaram cerca de 1/3 do valor que seria necessário, caso se tivesse recorrido a terceiros. Permitindo também a significativa redução de custos verificada no corrente ano.

Para além destes trabalhos, muitos outros de manutenção e recuperação foram executados, a maioria dos quais pela equipa de manutenção da CRAF, apenas se tendo recorrido a profissionais exteriores, quando a exigência técnica dos trabalhos a executar assim o exigiu.



7.3. Infra-Estruturas

7.3.1. Refeitórios

Em 2008, e na sequência de concurso por negociação directa, foi renegociado o contrato de fornecimento do refeitório, tendo sido colocadas diversas alternativas, entre as quais a integração de todo o pessoal da cozinha e refeitório.

Contudo, no decorrer das negociações, e tendo em conta os custos das opções com alteração na estrutura do pessoal, ficou decidido que neste contrato ainda não haveria alterações.

Em futuro próximo ter-se-á de rever a situação, particularmente na cozinha, onde não se justifica existir pessoal de IC e do concessionário, pois essa situação dilui a responsabilidade.

Foi possível obter uma solução satisfatória celebrando contrato com a mesma empresa, e após um início menos conseguido, julgamos que neste momento a qualidade da confecção melhorou significativamente, com a conseqüente diminuição do número de queixas.

Têm sido feitos levantamentos de situações anómalas quer nos equipamentos quer nos procedimentos, procurando-se fazer as correcções necessárias ao melhor desempenho do pessoal e do equipamento, tendo em particular atenção o respeito pelas regras higieno-sanitárias.

Embora a idade cada vez mais elevada dos Residentes e as suas dificuldades de locomoção, obriguem a assegurar condições de fornecimento de refeições mais próximas dos quartos, tal não impede que sejam incentivadas estas pequenas caminhadas até à sala de refeições principal, que por si só asseguram um exercício moderado, e favorecem a independência dos Residentes.

Contudo, foram implementadas novas soluções para a condução adequado da alimentação, tendo sido adquiridos carros de transporte de alimentação, com manutenção da temperatura das refeições já empratadas, para as diversas copas.

7.3.2 Renovação de Equipamentos.

Com o objectivo de melhorar os meios de trabalho disponíveis, reduzindo simultaneamente os custos de utilização, foi feito um levantamento exaustivo dos equipamentos informáticos, de impressão, de cópia e de fax.

Dessa análise conclui-se a necessidade de aquisição de alguns computadores, a regularização de situações anómalas noutros existentes e a satisfação de necessidades prementes de alguns postos de trabalho.

Relativamente a meios de impressão foram adquiridos equipamentos mais rentáveis e com custo por cópia muito inferior aos existentes, que se pretende que venham a substituir, em breve, a quase totalidade dos existentes.



Foi também feito um contrato de manutenção destes equipamentos em condições muito vantajosas para a Instituição.

7.3.3. SAD

A Direcção sempre considerou que este sector deveria merecer uma especial atenção quer pela fragilidade e dependência da maioria dos seus residentes, quer pelas suas necessidades específicas, que para além dos cuidados de higiene e alimentação, necessitam ainda de cuidados médicos e de enfermagem.

Neste sector é cada vez mais significativo o apoio dado ao acompanhamento aos hospitais, já constituído por uma equipa de 7 profissionais, que nem sempre conseguem corresponder à procura.

De facto, durante 2008, foi necessário acompanhar ao hospital em consultas programadas, 1743 residentes, para além de 193 utentes que foram para o hospital devido a situações de emergência e de que resultaram 3,8 dias de internamento, em média.

Também na sala de pensos o movimento foi significativo, tendo-se verificado uma média de 19 utentes, que corresponde a 22 utentes por dia útil, este movimento mobiliza um enfermeiro, durante 3,5 horas diárias.

No que respeita às consultas internas verifica-se que em média os números se mantiveram, com cerca de 1570 consultas anuais.

A par destas acções houve reforço do pessoal técnico e das técnicas de controlo de prestação de cuidados, criando registos de ocorrências e apostando no controlo efectivo da tomada de medicamentos de todos os residentes.

7.4. Animação Cultural e Recreativa

Durante o corrente ano as actividades culturais, recreativas e de lazer tiveram uma enorme expressão, quer nas actividades internas quer nas externas.

Assim, foram efectuados passeios mensais nomeadamente a Óbidos, Fluviário de Mora, Fátima/Leiria, Vila Viçosa, Miranda do Corvo, Viana do Alentejo, Figueira da Foz, passeio turístico pela Baixa de Lisboa, e iluminações de Natal.

Houve ainda diversas acções no exterior nomeadamente, visitas a diversas exposições na Gulbenkian, Museu do Oriente, Visita da Colecção Berardo, Festa de Reis, Baile de Carnaval na Junta de Freguesia do Lumiar, Festival de Música e Dança, Chá Dançante, Lar Militar Cruz Vermelha, Arraial na Quinta das Conchas, Piquenique na Quinta das Conchas, Baile de Outono - Magusto Lar Militar da Cruz Vermelha, Chá Dançante – Danças Tradicionais Europeias, Junta de Freguesia do Lumiar, Feira da Solidariedade – Natális, Actuação do Rancho de IC na FIL – Natális.

Internamente podemos também referir vários bailes, nomeadamente: Diversas acções com os alunos da Escola Superior de Enfermagem Artur Ravara, no mês de Janeiro, dia de Reis, Baile de Carnaval, Chá Dançante, Festa da Primavera, Espectáculo de Música Tradicional Portuguesa, Espectáculo de Variedades, Grupo Coral da



Ameixoeira, Espectáculo de Ilusionismo, Jogo de Boccia, Grupo Coral do Banco Santander, Santos Populares, Marcha Lumiar e espectáculo de Variedades, Banda Filarmónica da Carris, Grupo de Violinhos da Associação Acordarte, Grupo Coral ADECM, Sessão de Fados, Alunos da Academia de Santa Cecília e Festa de Natal.

Durante todo o ano foram projectados imensos filmes, houve fados, marchas populares, magusto, Santos Populares com sardinhada, e obviamente na maioria das festas sempre actuou o nosso rancho folclórico, cada vez com maior qualidade e visto sempre com muito apreço.

Foi criada uma sala de informática destinada à utilização pelos residentes, aproveitando computadores doados ou com pouca capacidade para outras tarefas. Graças ao trabalho empenhado dos colaboradores da DAVAP, esta actividade tem tido muita procura e constitui um êxito, com vários utentes, que se iniciaram aqui e já atingiram alguma autonomia na utilização de computadores, constituindo uma forma útil e agradável de ocupação do tempo.

Nas actividades manuais e desportivas destaca-se a jardinagem, demonstração de Boccia, pintura, fotografia, expressão plástica, artes decorativas e atelier de costura, caminhadas e diversos torneios.

Importa ainda referir que muitas destas acções não seriam possíveis sem o apoio incondicional do Presidente da Junta de Freguesia do Lumiar, Dr. Nuno Roque, a quem agradecemos e manifestamos o nosso reconhecimento, pela sua acção em benefício dos seus fregueses mais fragilizados e pela sua amizade para com Inválidos do Comércio.

8. CASA DE REPOUSO POSSIDÓNIO DA SILVA

Continuámos a proporcionar condições de estacionamento e de arquivo, mediante compensação financeira adequada, aos colaboradores da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, entidade com quem vimos mantendo um bom relacionamento, através do seu Secretário-Geral, Dr. Sousa Rêgo, a quem expressamos o nosso bem haja face às manifestações de disponibilidade e amizade para com a Instituição.

Quanto ao projecto de loteamento, que há vários anos vínhamos a tentar que fosse aprovado, foi no início deste ano, indeferido, devido a diversas condicionantes, nomeadamente ao facto de se encontrar na zona de protecção do Palácio das Necessidades, situação que nos parece muito injusta e desadequada à cidade que cada vez se torna mais degradada.

Assim, é entendimento da Direcção que deveremos percorrer outros caminhos encontrando parcerias que nos possam ajudar a desenvolver os projectos que temos em mente e que permitirão relançar a actividade da Instituição para as próximas décadas.

De facto, pensamos que todos os sócios concordarão com a edificação da nova Casa de Repouso Possidónio da Silva no local onde sempre esteve e que os órgãos locais tanto desejam face ao panorama social da zona.



Deste modo a Direcção tem vindo a estudar as possibilidades de resolver este impasse e valorizar aquele património que neste momento se encontra sub aproveitado.

Nesse sentido espera a Direcção que, ainda no 1º Semestre de 2009, seja possível apresentar aos sócios um ou mais eventuais modelos de desenvolvimento dos projectos da nova CRPS, nomeadamente a edificação de um edifício lar, ou uma unidade de cuidados continuados.

9. PATRIMÓNIO IMOBILIÁRIO

Neste domínio, apresentámos à Assembleia Geral a proposta para a venda de alguns imóveis, para os quais a alienação é, em nosso entender, a única possibilidade que serve os interesses de IC. No entanto, a situação do País, a variação dos juros, a existência de rendas de baixo valor, e ainda de inquilinos com baixo poder económico, aliados ao excesso de oferta quer de novas construções, quer pelo abandono das zonas antigas da cidade onde se localiza a maioria do nosso património, não facilitam qualquer alienação do mesmo..

No presente ano a Direcção procedeu à concretização da venda da Vivenda em Mem Martins e do andar em Oeiras, dos quais detinha apenas 1/6. As verbas recebidas em 2008 com o registo da venda reverteu na totalidade para os restantes proprietários, razão porque na contabilidade de 2008 essa venda não é visível, dado que está reflectida em 2007.

Foi igualmente assinado o contrato de venda do edifício da Av. 5 de Outubro, do qual IC, detinha apenas 3/16. Na perspectiva da Direcção o produto desta venda será aplicado em novos investimentos, pelo que foi contabilizado em proveitos diferidos e constituída uma aplicação financeira.

Tal situação, também ocorreu, com o conjunto de prédios (sete), administrados pela SCML, e dos quais também detínhamos apenas 1/6, também este valor foi contabilizado em proveitos diferidos.

Ocorreu ainda a venda do edifício na Av. Almirante Reis onde detínhamos 1/4, pelo valor de 175.053 € o qual foi contabilizado em proveito.

Do resultado destas duas vendas também foi constituída uma aplicação financeira, para fazer face a futuros investimentos.

Existem ainda muitas outras situações em que somos co-proprietários, ou herdeiros, e que temos vindo a resolver, embora neste momento ainda se encontrem em estudo, algumas destas situações que em breve serão levadas ao conhecimento e decisão da Assembleia Geral.

Mantêm-se situações já autorizadas pela Assembleia Geral, a aguardar melhor oportunidade de mercado, procurando a sua real valorização.

Constata-se também que existem neste momento casas vagas e a necessitarem de obras profundas. A Direcção está a tentar obter trocas de habitações com vários inquilinos, de modo a deixar prédios devolutos, proporcionando assim um valor de venda mais consentâneo com o valor real de mercado.



A Câmara Municipal de Lisboa continua a insistir com IC para a realização de obras de manutenção coercivas, aplicando algumas multas, nalguns casos injustas face a obras já em curso, mas não terminadas, que iremos contestar nos Tribunais.

É contudo evidente que na maioria das situações os investimentos são de tal forma avultados, que só o recurso a programas de apoio, RECRUA, etc... poderão facilitar algumas obras. Mas mesmo nessa situação deverá ser profundamente ponderada a oportunidade dessas obras, cujo retorno é superior a um período de 20 anos.

Assim, considera a Direcção que só devem ser realizadas as obras indispensáveis à segurança dos inquilinos, e quando os custos forem demasiado elevados, propor à CML a realização de obras coercivas, ou a necessidade ou não de recorrer a processos de despejo, para demolir ou alienar os prédios devolutos.

Face ao panorama descrito, a Direcção, ciente dos escassos recursos de que dispõe, irá privilegiar os investimentos previstos para a remodelação e melhoria das instalações da CRAF.

No corrente ano a obra de maior vulto ocorreu na Rua da Esperança, que já vinha do ano anterior, e onde já gastamos quase € 500.000, embora com algum apoio do Recria.

10. RECURSOS HUMANOS

O total de trabalhadores, em 31.12.08, era de 247 (263 no final de 2007), e ainda de 20 (18 em 2007) trabalhadores a recibo verde.

A análise destes números permite-nos dizer que durante o presente ano, e embora tivessem sido reforçados alguns sectores, foi possível diminuir em 14 elementos o número total de funcionários.

Recorde-se que tem diminuído, quer a ocorrência de horas extraordinárias, quer a acumulação de horas para dias de licença, situação que distorcia completamente o sistema de turnos e desequilibrava os custos com pessoal.

Foi concedido, como habitualmente, um aumento salarial aos trabalhadores, dentro das possibilidades económicas de IC e regularizadas algumas situações individuais.

A generalidade dos trabalhadores continuou a demonstrar dedicação pela Instituição procurando servir os Residentes do melhor modo. A Direcção diligenciou melhorar as condições de trabalho, conforme descrito noutra local, e dar formação às diversas categorias de pessoal, com incidência nos que mais directamente se relacionam com os Residentes.

Para acompanhar de forma adequada os Residentes e seguir a evolução exigida pela Tutela, admitiram-se alguns elementos com a formação técnica específica adequada.



11. RESULTADO ECONÓMICO - FINANCEIRO

Em 2008 o resultado líquido é negativo em **262.108,07€** (duzentos e sessenta e dois mil, cento e oito euros e sete cêntimos), o que significa que existiu uma recuperação do resultado comparativo com o ano de 2007, também negativo mas no valor de 369.508,51€ (trezentos e sessenta e nove mil quinhentos e oito euros e cinquenta e um cêntimos).

Houve, portanto, um acréscimo no resultado equivalente a 107.400,44€, (cento e sete mil quatrocentos euros e quarenta quatro cêntimos) que em termos percentuais significa menos **29%** de prejuízo.

Os custos totais em 2008 foram no valor de 5.012.424,07 € (cinco milhões, doze mil quatrocentos e vinte quatro euros e sete cêntimos) o que reflecte uma redução em custos, comparativamente com o ano anterior, em que ocorreram um total de custos no valor de 5.267.073,38 € (cinco milhões duzentos e sessenta e sete mil e setenta e três euros e trinta e oito cêntimos), correspondendo a **menos 5%** do que em 2007.

Em 2008 o valor dos proveitos foi de 4.750.316 € que significa uma **redução de 3%** comparando com o ano anterior visto terem ficado no valor de 4.897.564,87 €.

Assim, a uma diminuição de Custos na ordem de 254.649,31€ corresponde, também, uma diminuição de Proveitos de 147.248,87 €.

As variações mais significativas nos custos, comparando com o ano anterior, registaram-se nas seguintes rubricas:

Custos das Mercadorias Consumidas	- 4.486 €
Fornecimentos e Serviços Externos	- 27.909 €
Imposto	- 88.836 €
Custos com Pessoal	-13. 224 €
Custos e Perdas Financeiros	- 81.681 €
Custos e Perdas Extraordinárias	- 26.300 €

Estas variações foram o resultado de medidas económicas de contenção de despesas, tendo sido aplicadas sem prejuízo do bem-estar dos nossos utentes.

Sendo as mais significativas, no caso da rubrica de Imposto, resultado de uma alteração de contabilização do IVA, que em 2008 passou a ser contabilizado nas rubricas sobre as quais incide; no caso da rubrica Custos e Perdas Financeiros reflecte uma diminuição nos custos com obras de conservação em imóveis de arrendamento devido a medidas de contenção.

Nos proveitos, comparando com o ano anterior, as variações ocorreram nas seguintes rubricas:

Prestações de Serviços	85.862 €
Subsídios à Exploração	68.174 €
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	20.984 €
Proveitos e Ganhos Financeiros	102.477 €
Proveitos e Ganhos Extraordinários	- 427.467 €

Por esta análise verifica-se um aumento de Proveitos em todas as rubricas, excepto em Proveitos e Ganhos Extraordinários, pelo facto de se ter verificado uma redução



de cerca de 200.000 € em donativos/legados heranças, e no ano anterior a Venda de Imóveis ter sido contabilizada em proveitos o valor total da venda, o que não ocorreu em 2008, que só foi contabilizada a venda correspondente ao prédio da Av^a. Almirante Reis, no montante de 175.053 €, sendo que o valor das restantes vendas, foi contabilizado em balanço em proveitos diferidos.

Salienta-se ainda o aumento significativo em Proveitos e Ganhos Financeiros correspondente não só a um aumento da rentabilização de Imóveis mas também a um aumento significativo de juros obtidos sobre aplicações a prazo nomeadamente no Millennium BCP, para investimentos futuros.

Não obstante se ter conseguido uma recuperação significativa do resultado do exercício relativamente ao ano anterior, tal facto ainda não chega, pois o objectivo da Direcção é o equilíbrio das contas, pelo que devemos procurar um saldo próximo de zero, com prejuízos mínimos.

12. ELEMENTOS ESTATÍSTICOS

A grande dimensão actual de IC continua a poder ser avaliada pelos seguintes elementos:

3 Assembleias Gerais Ordinárias, 7 Reuniões do Conselho Fiscal, 27 Reuniões da Direcção

5.955 cartas expedidas e 6.381 recebidas.

39.542 kms percorridos pelas viaturas.

553.616 Refeições fornecidas, das quais 273.462 almoços e jantares.
(destacamos o fornecimento de 2.460 suplementos para diabéticos, o que revela o cuidado posto nas condições oferecidas aos Residentes).

Levámos os nossos Residentes a 1.743 consultas nos Hospitais.

Os nossos médicos efectuaram 1.473 consultas a Residentes.

Os nossos enfermeiros praticaram 8.754 actos de enfermagem.

Foram ainda realizadas 226 consultas pelo médico do trabalho e 276 consultas pelo médico de medicina curativa.

13. ESTÁGIOS E VISITAS

IC continua a ser uma Instituição com características muito reconhecidas no País, tornando-a numa Instituição procurada por alunos de várias áreas, desde a enfermagem ao serviço social, expressão artística, psicologia, e outras, para efectuarem os seus estágios.



Assim, durante 2008 efectuaram estágios na CRAF, alunos dos seguintes estabelecimentos de ensino:

Escola Superior de Enfermagem S. Francisco das Misericórdias

- 20 alunos (07 Janeiro a 12 Fevereiro)

Escola Superior de Enfermagem de Artur Ravara

- 12 alunos (14 Janeiro a 01 Fevereiro)

Instituto para o Desenvolvimento Social

- 3 alunos (14 Janeiro a 01 de Fevereiro)

Associação Promotora de Emprego de Deficientes Visuais

- 27 alunos (15 Fevereiro a 07 Março)

Escola Superior de Enfermagem S. Francisco das Misericórdias

- 36 alunos (30 Junho a 10 de Outubro)

Santa Casa da Misericórdia de Lisboa – Projecto Ser +

- 2 alunos (15 Setembro a 10 Outubro)

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

- 2 alunos (Serviço Social) (09 Outubro 08 a 30 Junho 09)

- 1 Aluno (Psicologia) (09 Outubro 08 a 30 Junho 09)

Instituto Superior de Psicologia Aplicada

- 1 aluno (04 Novembro 08 a 30 Junho 09)

Associação Promotora de Emprego de Deficientes Visuais

- 1 aluno (Estágio na Fisioterapia)

Foram também efectuadas visitas regulares à CRAF, das quais destacamos as de alunos do 8.º e 9.º ano do Colégio S. João de Brito, cuja confraternização com os nossos idosos é sempre muito agradável. Bem hajam, quem promove estas iniciativas de elevado alcance social, que permitem aos jovens conhecer a realidade social dos jovens de outro tempo.

A todos procurámos proporcionar boas condições para a realização dos seus estágios, possibilitando uma troca de experiências útil para os estagiários e para IC na medida em que a ajuda que prestam é notória.

14. RELAÇÕES COM OUTRAS ENTIDADES

Queremos realçar a colaboração que há muitos anos vem sendo realizada com a Junta de Freguesia do Lumiar, com quem temos partilhado inúmeras iniciativas e parcerias.

Não queremos, também, deixar de salientar a colaboração de outras instituições, nomeadamente, a Junta de Freguesia da Ameixoeira, o Lar Militar, o Clube Recreativo e Dramático “Os Combatentes”, o “O Lar do Comércio”, e outros, através da participação dos nossos Residentes em concursos de diversas manifestações sociais



e culturais, no qual temos conseguido obter prémios nos primeiros lugares nas diversas categorias, ou em iniciativas de outro cariz.

Com a Tutela mantivemos um bom relacionamento institucional, procurando dar satisfação aos pedidos que nos foram feitos.

Com as Instituições Congéneres assegurámos uma colaboração profícua, participando activamente no apoio a instituições que nos procuram para conhecer a nossa realidade face aos projectos de instalação de unidades semelhantes à nossa.

Com particular carinho teremos de fazer uma referência especial à Associação DAVAP, que ao longo do ano, com escassos meios e apoios da nossa parte, tem vindo a fazer um trabalho de voluntariado que se tem vindo a fortalecer, com a entrada e coordenação de novos voluntários. Bem hajam pelo seu apoio e dedicação.

15. AGRADECIMENTOS

Agradecemos a colaboradores individuais e entidades colectivas que ajudaram a Instituição ao longo do ano. A todos deixamos expresso o sincero agradecimento da Direcção por todas as ajudas recebidas.

Não podemos deixar de individualizar alguns Amigos de IC, que há muitos anos vêm prestando uma colaboração eficiente – Eng.º António Gameiro, Dr.ª Maria Teresa Ramos Morgado, Dr. Nuno Roque, ilustre Presidente da Junta de Freguesia do Lumiar, que à muito nos distingue com a sua amizade, comparecendo nos muitos eventos que realizamos e disponibilizando meios de apoio importantes para IC.

Não referimos individualmente outras entidades para não correr o risco de esquecer alguma, assim apenas referimos as associações congéneres, as estruturas associativas das IPSS e entidades oficiais com quem IC se relaciona institucionalmente.

16. CORPOS SOCIAIS

A Direcção agradece a todos os elementos dos Corpos Sociais, efectivos e suplentes, a disponibilidade para o desempenho dos seus cargos, em prejuízo do lazer a que têm direito.

Esta permanente disponibilidade dos Órgãos Sociais, que de forma desinteressada contribui com a sua solidariedade para esta obra de todos nós em prol de todos nós, enobrece quem a pratica, independentemente das suas convicções.

Não esquecendo o apoio dado a quem no fim da vida, privado de amigos e familiares necessita da nossa ajuda para com dignidade e cidadania continuar a ser um cidadão inteiro, com direitos e deveres próprios de uma sociedade mais justa, mais fraterna, mais livre, bem hajam.



17. PROPOSTAS

Face ao exposto, que procurámos fosse claro e objectivo, salientando todos os aspectos com que a Direcção se confrontou ao longo do ano, bem como a orientação seguida na sua resolução, procurando acima de tudo melhorar a vida dos residentes, criar condições para os vindouros e elevar esta sublime Instituição ao lugar que merece, pois sempre procurou estar na vanguarda da sociedade, antecipando e minorando as dificuldades daqueles que já deram tudo, e que hoje precisam do nosso carinho e do nosso amor.

Assim, propomos à aprovação:

- O presente Relatório e Contas;
- Um voto de pesar pelo desaparecimento dos Sócios e Amigos de IC que deixaram a nossa companhia durante o ano;
- Um voto de pesar e gratidão àqueles que partiram neste ano, mas que em anteriores Direcções deixaram o seu trabalho e testemunho, como exemplo a seguir;
- Um voto de agradecimento para todos os Amigos e Entidades que se relacionaram com IC;
- Um voto de agradecimento aos nossos Sócios e Amigos, que ao longo do ano doaram diversos bens e donativos em espécie;
- Um voto de agradecimento aos Funcionários e Colaboradores, que de forma desinteressada contribuíram para o engrandecimento da Instituição, recordando aos que assim não procederam, que lhes devem seguir o exemplo;
- Um voto de agradecimento a todos os Órgãos da Comunicação Social que acompanharam a vida de IC e a publicitaram.

Lisboa, 14 de Março de 2009

Presidente – Eng^o. Vítor Manuel Vozzone Damião
Vice-Presidente – Sr. Alberto Lopes Grijó
Tesoureira – Dr^a. Maria Manuela Alves Lemos Marques Pires
Secretário – Sr. Luís Filipe Costa Ferreira
Secretária – Eng^a. Felipa Gomes Costa Almada Guerra
Vogal – Sr. Francisco Mário Cavalheiro
Vogal – Sr. João Manuel Carvalho Quintas



Inválidos do Comércio

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o definido no PCIPSS, tendo-se atendido aos princípios contabilísticos fundamentais da prudência, consistência, substância sobre a forma, materialidade e especializações dos exercícios.

Amortizações

As amortizações foram efectuadas de acordo com as taxas legais em vigor, sendo elas:

- Edifícios e outras construções 5%
- Equipamento Básico 12,50 %
- Equipamento de Transporte 25%
- Ferramentas e Utensílios 25%
- Equipamento Administrativo entre 10% e 20%
- Equipamento Informático 12,5%

Existências

O valor das existências é de 48.489,12 €, tendo tido um acréscimo de 12.823,36 € em relação ao ano anterior.

Dívidas de Terceiros

O valor aqui registado corresponde essencialmente a conta de outros devedores e credores no montante de 281.906,77€, encontrando-se aqui contabilizado o valor de 258.747€ referente a rendas sobre imóveis de investimento dos quais só o valor de 115.417,67€ foi efectuado provisão de incobráveis em 2006.

No exercício de 2008 não foi efectuado registado de qualquer valor de “provisão/ajustamento” referente às dívidas a receber, provenientes de Rendas sobre Imóveis.

Depósitos Bancários

Nesta rubrica do Balanço registou-se um aumento significativo na ordem dos 1.155.325 € sendo o reflexo essencialmente do acréscimo do valor em Depósitos a Prazo.

Dívidas a Terceiros

A conta de outros devedores e credores tem o valor de 414.835,39 € dos quais 334.111,91€ referente a valores de utentes à guarda.

A dívida a fornecedores, representa o valor de 190.854,68 € significando uma redução de 80.876,32 € comparando com o ano anterior.



Diferimentos

Foram diferidos os custos relativos a férias, subsidio de férias e encargos com remunerações, sobre os direitos adquiridos no ano cessante e a usufruir na ano de 2009.

Encontram-se diferidos, também os custos de obras de conservação e melhoramento de imóveis de arrendamento, tendo sido imputado ao exercício 1/3 desse custo, sendo o restante imputado em exercícios subsequentes em igual coeficiente, dado o seu carácter de valorização.

Encontram-se diferidos os proveitos relativos à aquisição de residências vitalícias, sendo o proveito imputado em 1/8 por exercício.

Foram também diferidos os proveitos referentes a venda de imóveis que ocorreram em 2008, tendo sido efectuado o contracto de compra e venda em 2007.

- Av. 5 de Outubro - 638.359,02.€
- 1/6 da Herança de Augusto César Matos - 683.333,33 € (Imóveis administrados pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa).

Durante o ano de 2008 não existiu qualquer variação ao Fundo Social e Reservas Especiais.

Assim sendo o resultado do Exercício de 2008 é negativo de Duzentos e Sessenta e Dois Mil Cento e Oito Euros e Sete Cêntimos; € - 262.108,07, o que significa que existiu uma recuperação do resultado comparativo com o ano anterior, visto em 2007, ser também negativo mas no valor de 369.508,51€ (Trezentos e Sessenta Nove Mil Quinhentos e Oito Euros e cinquenta Cêntimos).O que reflecte um acréscimo no resultado equivalente a 107.400,44€ (Cento e Sete Mil, Quatrocentos Euros e Quarenta e Quatro Cêntimos) em termos percentuais menos 29% de prejuízo.

As variações mais significativas nos custos comparando com o ano anterior, registaram-se nas seguintes rubricas:

Custos das Mercadorias Consumidas	- 4.486 €
Fornecimentos e Serviços Externos	- 27.909 €
Impostos	- 88.836 €
Custos com Pessoal	- 13.224 €
Custos e Perdas Financeiros	- 81.681 €
Custos e Perdas Extraordinárias	- 26.300 €

Registou-se em todas as rubricas uma diminuição de Custos.

Estas variações foram o resultado de medidas económicas de contenção de despesas, sem prejuízo do bem-estar dos nossos utentes.

Evidenciando as mais significativas, esclarece-se que no caso da rubrica de Impostos, este diferencial resultado de uma alteração de contabilização do IVA, que em 2008 passou a ser



contabilizado nas rubricas sobre as quais incide a despesa; no caso da rubrica custos e perdas financeiros regista-se uma diminuição de 81.681€ nos custos com conservação de imóveis de arrendamento, embora o valor despendido com as obras, tenha sido idêntico ao de 2007.

Nos proveitos comparando com o ano anterior as variações ocorreram nas seguintes rubricas:

Prestações de Serviços	85.862 €
Subsídios à Exploração	68.174 €
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	20.984 €
Proveitos e Ganhos Financeiros	102.477 €
Proveitos e Ganhos Extraordinários	- 427.467 €

Resulta desta análise que se verificou um aumento de Proveitos em todas as rubricas excepto em Proveitos e Ganhos Extraordinários.

Na tentativa de explicar os desvios, mais significativos, aqui evidenciados regista-se que:

Na prestação de serviços o acréscimo resulta sobretudo da rubrica comparticipação familiar, o acréscimo em proveitos financeiros, como a seguir se evidencia resulta de um acréscimo de juros, fruto de uma gestão mais cuidadosa dos meios disponíveis, e um acréscimo de cobrança de rendas de imóveis.

A redução nos proveitos e ganhos extraordinários não é em grande parte controlável pela gestão, dado que na sua maioria corresponde a receitas provenientes de donativos. Na parte correspondente à venda de imóveis, verifica-se uma redução de 193.597 euros, uma vez que, a venda de imóveis em 2008, no montante de 1.321.692,35 não foi registada em proveitos, mas sim em deferimentos para fazer face a despesas de investimento em 2009, como acima se referiu na rubrica deferimentos.

Análise dos desvios	Ano 2007	Ano 2008	Diferença
Proveitos e Ganhos Financeiros	637.340,74	739.818,00	102.477,26
Juros	26.261,29	79.779,00	53.517,71
Rendimento de Imóveis (Rendas)	611.079,45	660.039,00	48.959,55
Proveitos e Ganhos Extraordinários	785.150,32	357.683,00	-427.467,32
Venda de Imóveis	368.649,70	175.053,00	-193.596,70
Subsídios de Investimentos	6.783,00	43.969,00	37.186,00
Donativos	136.940,48	79.824,00	-57.116,48
Legados e Heranças/Espólios	246.668,75	27.119,00	-219.549,75
Outros	26.108,39	31.718,25	5.609,86

Lisboa, 9 de Março de 2009

A TOC
(Nº. 64 283)



***BALANÇO
DO EXERCÍCIO DE 2008***



Ano	2008	Exercícios	2008	2007	
Conta	Descrição	Activo Bruto	Amort./Provis.	Activo Líquido	Activo Líquido
ACTIVO					
IMOBILIZADO					
Imobilizacoes Incorporeas					
431	Despesas de Instalacao	0,00	0,00	0,00	0,00
432	0,00	0,00	0,00	0,00
433	0,00	0,00	0,00	0,00
434	0,00	0,00	0,00	0,00
441/6	Imobilizações em Curso	0,00		0,00	0,00
449	Adiantamentos por Conta de Imobili. Incorporeas	0,00		0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00
Imobilizacoes Corporeas					
421	Terrenos e Recursos Naturais	46.601,78	0,00	46.601,78	46.601,78
422	Edificios e Outras Construcoes	6.261.238,59	3.060.692,65	3.200.545,94	3.501.897,87
423	Equipamento Basico	403.919,08	355.460,44	48.458,64	50.899,62
424	Equipamento de Transporte	83.026,12	71.651,13	11.374,99	15.399,99
425	Ferramentas e Utensilios	28.396,06	27.389,16	1.006,90	4.223,50
426	Equipamento Administrativo	175.690,14	131.048,70	44.641,44	52.993,95
427	Taras e Vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00
428	Animais Produtivos, de Trabalho e de Reproducao	0,00	0,00	0,00	0,00
429	Outras Imobilizacoes Corporeas	1.600,00	1.280,00	320,00	640,00
441/6	Imobilizações em Curso	258.706,60		258.706,60	241.837,78
448	Adiantamentos por Conta de Imobilizacoes Corporeas	0,00		0,00	0,00
		7.259.178,37	3.647.522,08	3.611.656,29	3.914.494,49
Investimentos Financeiros					
411	Participacoes de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
412	Obrigacoes e Titulos de Participacao	10.677,63	0,00	10.677,63	10.677,63
413	Emprestimos de Financiamento	0,00	0,00	0,00	0,00
414	Investimentos em Imoveis	2.318.562,27	1.317.313,16	1.001.249,11	1.001.249,11
415	Outras Aplicacoes Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
447	Adiantamentos por Conta de Invest. Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
		2.329.239,90	1.317.313,16	1.011.926,74	1.011.926,74



Ano	2008	Exercícios	2008	2007	
Conta	Descrição	Activo Bruto	Amort./Provis.	Activo Líquido	Activo Líquido
CIRCULANTE					
Existencias					
36	Materias Primas, Subsidiarias e de Consumo	48.489,12	0,00	48.489,12	35.665,76
35	Produtos e Trabalhos em Curso	0,00	0,00	0,00	0,00
34	Subprodutos, Desperdicios, Residuos e Refugos	0,00	0,00	0,00	0,00
33	Produtos Acabados e Intermedios	0,00	0,00	0,00	0,00
32	Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
37	Adiantamentos por Conta de Compras	0,00		0,00	0,00
		48.489,12	0,00	48.489,12	35.665,76
		0,00	0,00	0,00	0,00
Dividas de Terceiros- Curto Prazo					
2111	Clientes C/C	0,00	0,00	0,00	0,00
2112	Clientes- Titulos a Receber	0,00	0,00	0,00	0,00
2118	Clientes de cobranca duvidosa	0,00	0,00	0,00	0,00
2121	Utentes C/C	0,00	0,00	0,00	36.029,31
2128	Utentes de cobranca Duvidosa	2.898,39	0,00	2.898,39	2.898,39
229	Fornecedores com Adiantamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
2619	Fornecedores com Adiantamentos de Imobilizado	0,00		0,00	0,00
24	Sector Publico Administrativo	5.777,78	0,00	5.777,78	18.715,78
262/8+221	Outros Devedores	281.906,77	0,00	281.906,77	206.929,37
		290.582,94	0,00	290.582,94	264.572,85
Titulos Negociaveis					
151	Accoes	0,00	0,00	0,00	0,00
152	Obrigações e titulos de Participação	0,00	0,00	0,00	0,00
153	Titulos da Divida Publica	0,00	0,00	0,00	0,00
159	Outros Titulos	0,00	0,00	0,00	0,00
18	Outras Aplicações de Tesouraria	1.677,00		1.677,00	1.677,00
		1.677,00	0,00	1.677,00	1.677,00
Depositos Bancarios e Caixa					
12+13+14	Depositos Bancarios	2.381.107,52		2.381.107,52	1.225.782,80
11	Caixa	7.563,45		7.563,45	15.646,69
		2.388.670,97	0,00	2.388.670,97	1.241.429,49
DIFERIMENTOS					
271	Diferimentos de Receitas	67.902,78	0,00	67.902,78	0,00
272	Despesas com Custo Diferido	323.830,40	0,00	323.830,40	183.904,52
		391.733,18	0,00	391.733,18	183.904,52
	Total de Amortizacoes		4.964.835,24		
	Total de Provisoes		0,00		
	Total do Activo	12.709.571,48	4.964.835,24	7.744.736,24	6.653.670,85



Ano 2008

Exercícios

Conta	Descrição	2008	2007
SITUAÇÃO LIQUIDA E PASSIVO			
Fundo Social, Reservas e resultados Transitados			
51	Fundo Social	379.807,33	379.807,33
55	Reservas de Reavaliacao	0,00	0,00
56	Reservas Estatutarias	0,00	0,00
57	Reservas Especiais	3.323.205,70	3.323.205,70
59	Resultados Transitados	731.143,08	1.100.651,59
		4.434.156,11	4.803.664,62
88	Resultado Liquido do Exercicio	-262.108,07	-369.508,51
89	0,00	0,00
	Total da Situacao Liquida	4.172.048,04	4.434.156,11
29	Provisoes para Riscos e Encargos	115.417,67	115.417,67
		0,00	0,00
Dividas A Terceiros- Curto Prazo			
231+12	Dividas a Instituicoes de Credito	140.000,00	0,00
236	Emprestimos dos Associados	0,00	0,00
269	Adiantamentos por Conta de Vendas	0,00	0,00
221	Fornecedores C/C	190.854,68	271.731,00
228	Fornecedores- Facturas em Recepcão e Conferencia	0,00	0,00
222	Fornecedores- Titulos a Pagar	0,00	0,00
225	Fornecedores com Caucoes	0,00	0,00
2612	Fornecedores de Imobilizado- Titulos a Pagar	0,00	0,00
219	0,00	0,00
2119	Clientes com Adiantamentos	0,00	0,00
2129	Utentes com Adiantamentos	0,00	0,00
239	Outros Emprestimos Obtidos	0,00	0,00
2611	Fornecedores de Imobilizado C/C	0,00	0,00
24	Sector Publico Administrativo	59.232,40	62.458,89
52/8+2111	Outros Credores	414.835,39	245.330,43
		804.922,47	579.520,32
Diferimentos			
273	Diferimentos de Despesas	433.874,03	424.439,54
274	Receitas com Proveito Diferido	2.218.474,03	1.100.137,21
		2.652.348,06	1.524.576,75
	Total do Passivo	3.572.688,20	2.219.514,74
	Total da Situacao Liquida e do Passivo	7.744.736,24	6.653.670,85
A Direcção :			
	Vitor Manuel Vozzone Damião	_____	
	Alberto Lopes Grijó	_____	
	Maria Manuela Alves Lemos Marques Pires	_____	
	Felipa Gomes Costa Almada Guerra	_____	
	Luis Filipe Costa Ferreira	_____	
	Francisco Mário Cavalheiro	_____	
	João Manuel Carvalho Quintas	_____	

T.O.C.
(64283)



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO DE 2008

**Demonstração dos Resultados Líquidos**

Conta	Descrição	Exercício do Ano Corrente		Exercício do Ano Ant.	
		2008		2007	
	CUSTOS E PERDAS				
61	Custo das Merc. Vendidas e das Materias Consumidas		164.281,54		168.768,29
62	Fornecimentos e Servicos Externos		1.337.008,75		1.364.916,73
64	Custos com Pessoal				
641	Remuneracoes				
6411	Remuneracoes Certas	2.233.715,24		2.286.390,58	
6412	Remuneracoes Adicionais	121.837,39		94.659,27	
	Encargos Sociais				
643	Formacao Profissional	38,40		269,20	
645	Encargos sobre Remuneracoes	460.648,85		463.742,62	
646/8	Outros	51.827,92	2.868.067,80	36.229,53	2.881.291,20
66	Amortizacoes	353.862,04		363.518,35	
67	Provisoes	0,00	353.862,04	0,00	363.518,35
63	Impostos	323,00		89.158,51	
65	Beneficios Proces.e Outros Custos Operacionais				
651	Beneficios Processados	0,00		0,00	
652	Outros Custos Operacionais	5.951,88	6.274,88	8.510,44	97.668,95
	(A)		4.729.495,01		4.876.163,52
683 + 684	Amort.e Prov.de Aplic.e Inves.Financ.	0,00		0,00	
681+685/9	Juros e Custos Assimilados	255.963,28	255.963,28	337.644,46	337.644,46
	(C)		4.985.458,29		5.213.807,98
69	Custos e Perdas Extraordinarios				
690	Accoes Formacao Financ.F.S.E	0,00		0,00	
691/8	Outros	26.965,78	26.965,78	53.265,40	53.265,40
	(E)		5.012.424,07		5.267.073,38
88	Resultado Liquido do Exercicio		-262.108,07		-369.508,51
			4.750.316,00		4.897.564,87



Demonstração dos Resultados Líquidos

Conta	Descrição	Exercício do Ano Corrente		Exercício do Ano Ant.	
		2008		2007	
PROVEITOS E GANHOS					
71	Vendas		0,00		0,00
72	Prestacoes de Servicos	1.946.552,39	1.946.552,39	1.860.690,68	1.860.690,68
	Varição na Produção		0,00		0,00
75	Trabalhos para a Propria Instituicao				
758	Para Auto Consumos		0,00		0,00
751/7	Outros		0,00		0,00
73	Proveitos Suplementares	28.092,66		25.370,34	
74	Comparticipacoes e Subsidios a Exploracao				
741	Do Sector Publico Administrativo				
7411	Centro Regional de Seg. Social	1.218.234,36		1.150.060,80	
7412	0,00		0,00	
7413	0,00		0,00	
7414/8	De Outros	750,00		750,00	
742/8	De Outras Entidades	0,00		0,00	
76	Outros Proveitos Operacionais	459.186,02	1.706.263,04	438.201,90	1.614.383,04
	(B)		3.652.815,43		3.475.073,72
78	Proveitos e Ganhos Financeiros		739.817,80		637.340,77
	(D)		4.392.633,23		4.112.414,49
79	Proveitos e Ganhos Extraordinarios				
790	Accoes de Formacao Financ.peloF.S.E		0,00		0,00
791/9	Outros	357.682,77	357.682,77	785.150,38	785.150,38
	(F)		4.750.316,00		4.897.564,87
RESUMO					
	Resultados Operacionais : (B) - (A)		-1.076.679,58		-1.401.089,80
	Resultados Financeiros : (D - B) - (C - A)		483.854,52		299.696,31
	Resultados Correntes : (D)-(C)		-592.825,06		-1.101.393,49
	Resultados Líquidos do Exercício : (F)- (E)		-262.108,07		-369.508,51

A Direcção :

Vitor Manuel Vozzone Damião

Alberto Lopes Grijó

Maria Manuela Alves Lemos Marques Pires

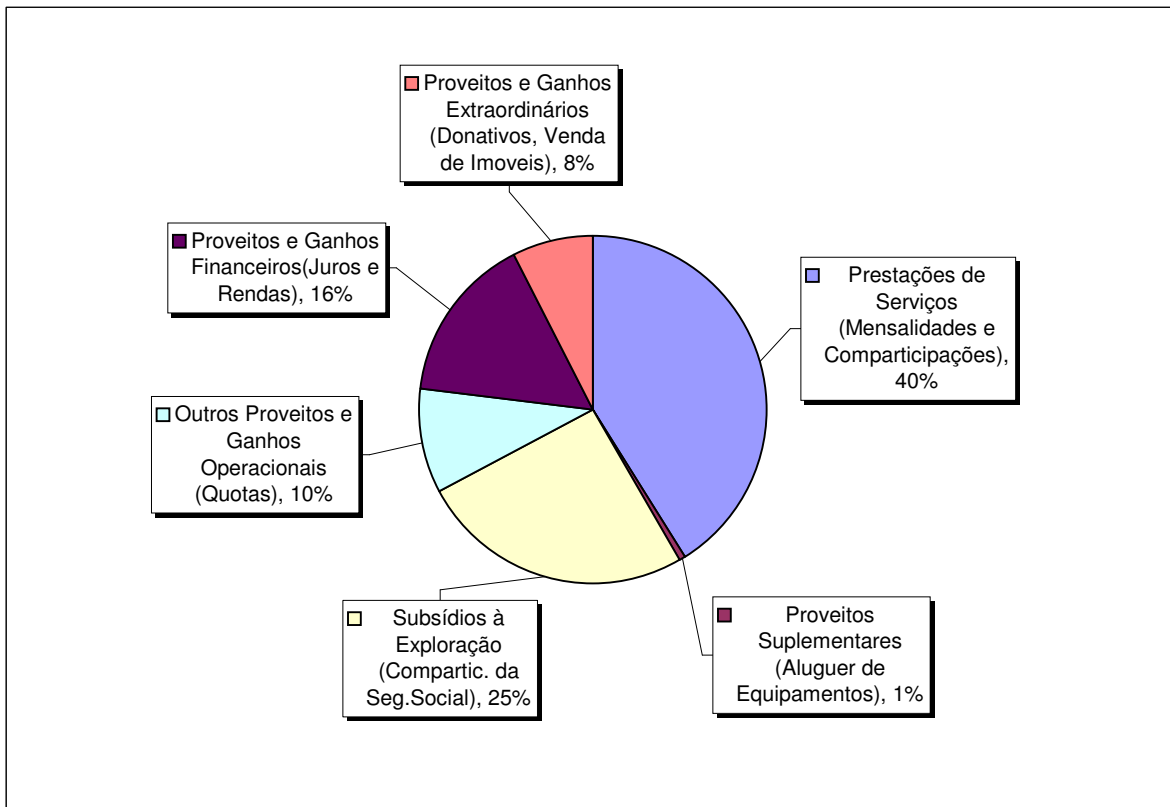
Felipa Gomes Costa Almada Guerra

Luis Filipe Costa Ferreira

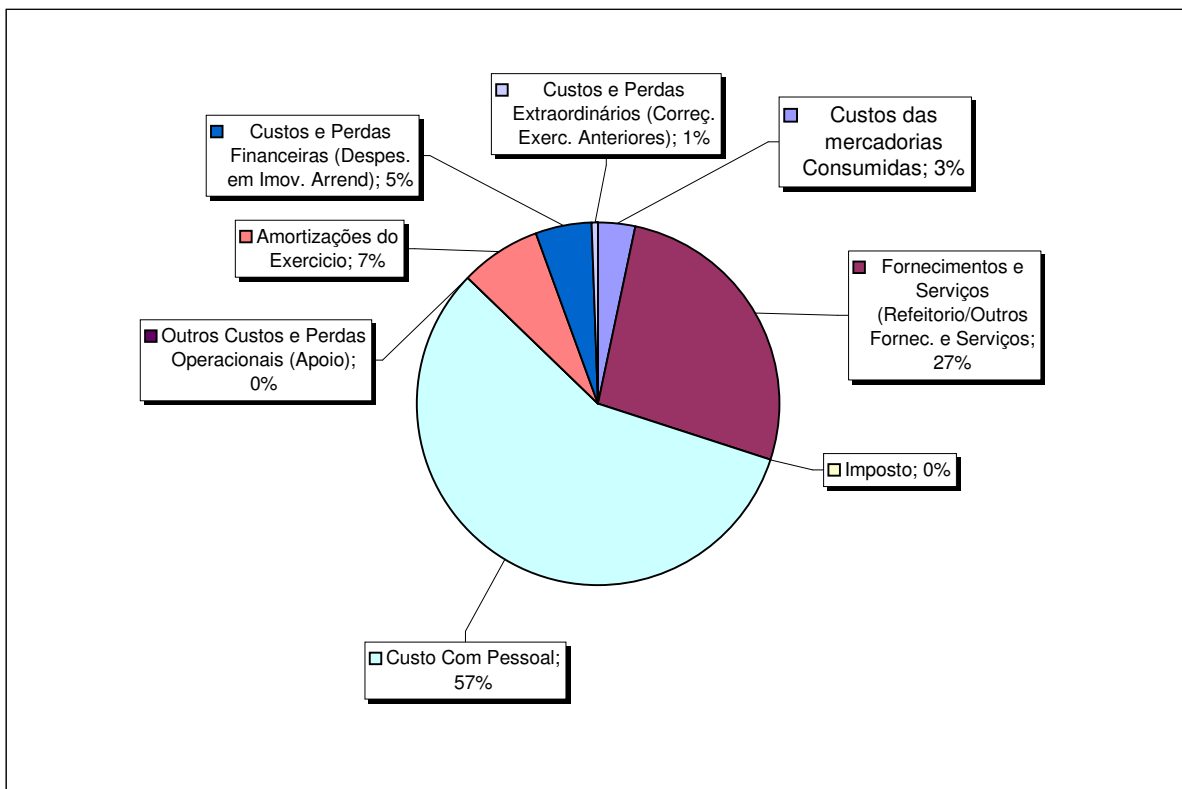
Francisco Mário Cavalheiro

João Manuel Carvalho Quintas

Estrutura de Proveitos em 2008



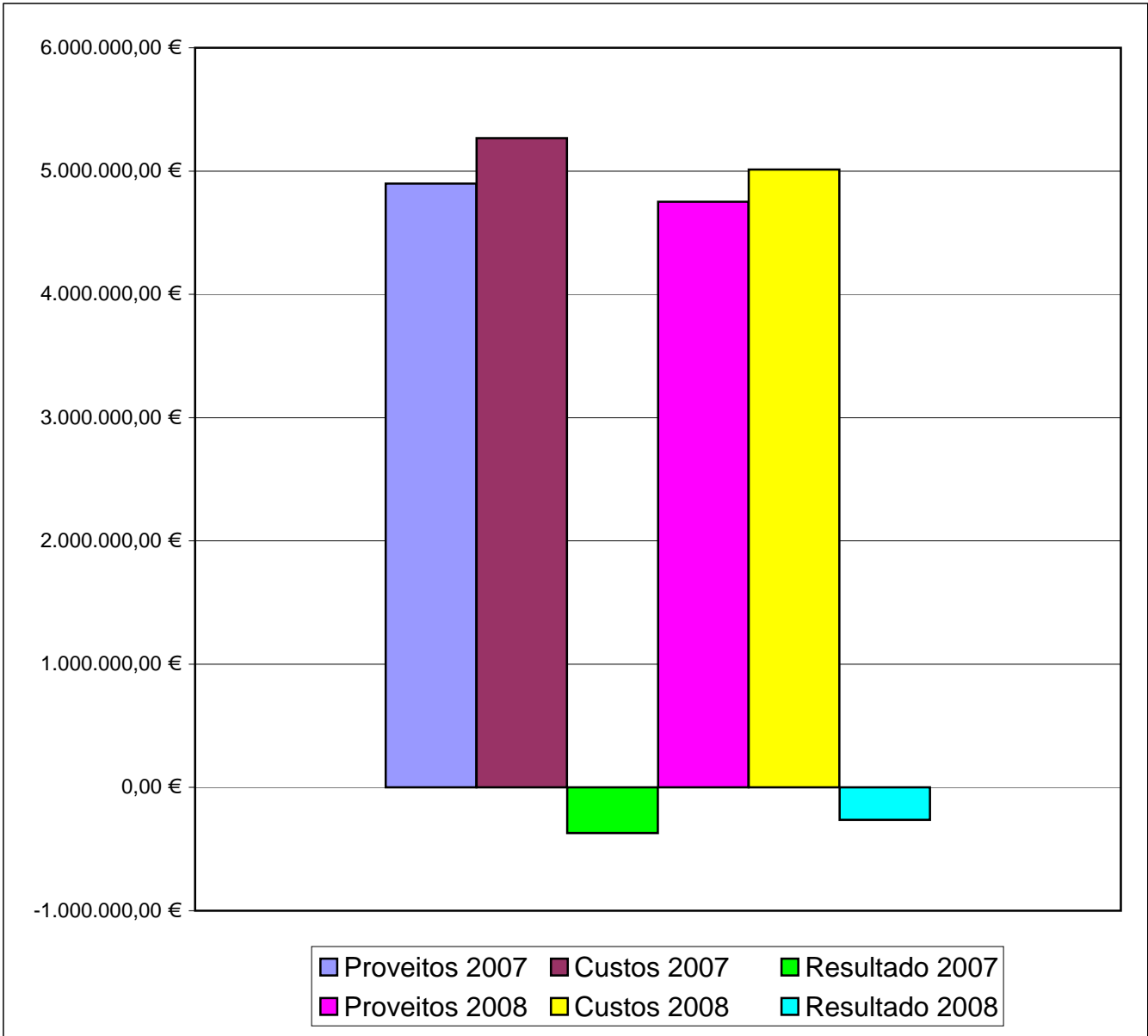
Estrutura de Custos em 2008



Comparativo de Resultado 2007/2008

2007

2008





PARECER

Prezados Consócios,

No cumprimento das suas funções estatutárias, o Conselho Fiscal acompanhou, durante este terceiro ano de exercício do seu mandato, a actividade da Direcção na condução dos destinos desta nossa Instituição.

Ao longo de 2008, foram analisados os vários elementos pertinentes da actividade desenvolvida pela Instituição, nomeadamente, a evolução das contas de exploração de Inválidos de Comércio, o funcionamento geral da organização, a conformidade das suas práticas administrativas às obrigações legais e o tratamento e a qualidade da informação produzida e disponibilizada.

Foram igualmente estudados, com o detalhe necessário e adequado, os temas e assuntos que a Direcção entendeu solicitar opinião ao Conselho Fiscal, tendo sido produzidos os respectivos pareceres.

As contas da Instituição foram acompanhadas com particular atenção e regularidade, através dos elementos que nos foram sendo remetidos pelos Serviços Financeiros, tendo sido ainda possível, na parte final do exercício, acompanhar de perto as operações de fecho das contas.

Assim, somos de parecer de que devem ser aprovados o Relatório e as Contas referentes ao exercício de 2008.

Lisboa, 10 de Março de 2009

O Conselho Fiscal

Presidente – Maria Antónia da Cruz Silva Figueiredo

Vogal – Humberto Rui Ramos Moreira

Vogal – Jorge Bico da Costa